ATA da 71ª (septuagésima primeira) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Anápolis

Aos 22 dias do mês de outubro de 2013, às 15h00min (quinze) horas, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Anápolis-Goiás, sob a Presidência do vereador Luiz Santos Lacerda, secretariado por: Amilton Batista de Faria Filho, Pedro Carneiro da Ponte, Fernando Cunha e Carlos Alberto. Compareceram ainda: Dinamélia Ribeiro, Eber batista Mamede, Eli Rosa da Silva, Gleimo Martins, Jackson Charles Oliveira Diniz Serbeto, Jesus Fernandes Abrenhosa, João Pereira de Souza, Lisieux Borges, Maria Geli Sanches, Mauro José Severiano, Mirian Garcia S. Pimenta. Paulo Roberto de Castro Lima, Pedro Antonio Mariano de Oliveira, Vespasiano dos Reis Gomes, Wederson Cristiano da Silva Lopes, Valdair de Jesus Costa, e Wilmar José Silvestre. Faltou com causa justificada o vereador Jean Carlos Ribeiro, À hora regimental o senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores presentes e a leitura da ata anterior que foi lida e colocada à disposição dos senhores vereadores. PEQUENO EXPEDIENTE: - LEITURA DE CORRESPONDÊNCIAS E LEITURA DE REQUERIMENTOS enviados (à Diretoria Legislativa). Foram enviados às comissões os seguintes Projetos: 1) Vereador Eli Rosa -Assunto: Acrescenta no calendário oficial do Município de Anápolis, a marcha para para Jesus, a ser realizada anualmente no terceiro sábado do mês de outubro e dá outras providências. 2) Mesa Diretora Assunto: Concede a outorga de Título de Cidadania anapolino ao Senhor Tenente Coronel Aviador Sérgio Barros de Oliveira Comandante da Base Aérea de Anápolis e dá outras providências. 3) Prefeito Municipal Assunto: Altera dispositivos da Lei Complementar nº 212, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Administração Direta, autarquias e Fundações do Município de Anápolis, e dá outras providências. 4) Prefeito Municipal Assunto: Cria o Conselho de Comunicação Social do Canal de Cidadania de Anápolis e dá outras providências. - LEITURA DE REQUERIMENTOS: (à diretoria legislativa).Usaram a palavra os vereadores: AMILTON FILHO – que cumprimentou a todos os presentes. Iniciou sua fala dizendo que informaria a todos sobre uma correspondência que a Câmara Municipal recebeu sobre os índices da geração de empregos em Anápolis no mês de Setembro. “A CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgou que só no mês de setembro foram criados 1.169 novos postos de trabalho, e foi o melhor saldo do ano”. O vereador Amilton Filho com alegria por esse saldo positivo agradeceu ao Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda senhor Ilmar Lopes da Luz que é do seu partido. “Ele tem feito com muita competência o seu trabalho na Prefeitura”. O edil destacou também que a cidade de Anápolis se destacou em todo o Estado na geração de empregos. “Foram 5.160 vagas ofertadas das quais 1.169 foram ocupadas”. Foram 22%

de empregos gerados e um aumento de 416 novos postos de trabalho, disse Amilton Filho. Antes de encerrar sua fala o vereador falou da sua alegria com essa notícia, e parabenizou mais uma vez o Secretário do Trabalho e o Prefeito Municipal. Assim encerrou sua fala Amilton Filho. DINAMÉLIA RABELO – que cumprimentou a todos os presentes. A título de informação gostaria de mencionar que hoje o Ministério da Saúde, anunciou um conjunto de medidas para recuperação econômica dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas do Brasil. O Governo Federal encaminhou em caráter de urgência um Projeto de LEI, que "Cria um Programa de apoio Financeiro a essas Entidades". Com a medida os débitos das instituições que aderirem ao programa, serão quitados. Em contrapartida os Hospitais devem ampliar o atendimento de exames, de cirurgias e atendimentos a pacientes do Sistema Único de Saúde. Além disso, o valor repassado pelo Ministério da Saúde de incentivo a contra-atualização vai dobrar com o adicional de dois bilhões de reais em 2014. Por meio do PRO SUS, que é o programa de fortalecimento das Santas Casas, as Entidades terão apoio do Fundo Nacional de Saúde, para manter em dia o pagamento dos débitos correntes, evitando assim o aumento de suas dívidas e quitando gradativamente o valor total. Para isso o Fundo Nacional de Saúde, vai render dos recursos destinados ao custeio, o valor equivalente a dívida corrente das unidades que aderirem ao programa. Funcionarão por 180 meses, e após esse prazo as unidades que mantiverem os pagamentos em dia e aumentarem em 5% os serviços oferecidos ao SUS (Sistema Único de Saúde), terão seus débitos zerados. É uma forma que o Ministério da Saúde vê para que os Hospitais Filantrópicos e todas as Santas Casas do país abrem os seus atendimentos, melhorem os seus equipamentos em cada Hospital. Eu vejo isso como um programa que vem melhorar a saúde e todos os outros programas, por exemplo, o programa da Presidente Dilma que dá assistência às mães, ao pré-natal, desde a criança uterina até essa criança nascer e ter o primeiro ano de vida. Então vai aumentar e muito em todo o país o atendimento dentro do Sistema Único de Saúde. Assim encerrou sua fala Dinamélia Rabelo. ELI ROSA – que cumprimentou a todos os presentes. Três assuntos me fizeram estar na Tribuna hoje. O primeiro é sobre o Projeto de Lei que "Trata da relação do homem de Anápolis com a questão do lixo", inclusive está com pedido de vistas. Esse projeto disciplina toda a relação que nós temos com essa questão do lixo, que tipo de lixo e que forma esse lixo vai ser dispensado para que a Prefeitura possa transportá-lo de forma adequada. Esse Projeto eu gostaria que os nobres pares com todo respeito à Comissão de Constituição e Justiça que não deixou que ele passasse, gostaria que os próprios membros da Comissão, e já questionei alguns deles, inclusive ele está com o vereador Jerry Cabeleireiro, e pelo que ele me falou ele ainda não leu o Projeto. Esse Projeto foi relatado pelo colega Fernando Cunha, que colocou ele como inconstitucional, alegando que ele é um Projeto que traz custos para a Administração. É muito pelo contrário, como já disse a Lei existe, as

Normas existem, e existem os homens pensadores que acessam a leitura desses Projetos e fazem o julgamento do que está escrito. Então fica claro e notório e não traz custos para o Prefeito, ele traz consigo uma fonte de renda. É um Projeto que vai facilitar, vai multar pessoas que desprezam o lixo e com isso, tentar parar de prejudicar o meio ambiente. Hoje eu chamo a atenção dos colegas Gleimo Martins, Paulo de Lima, Jean Carlos, Wederson Lopes, Amilton Filho que moram ali por perto da Alexandrina. O que está acontecendo ali no nascedouro do Córrego João Cezário? É crime, imenso, público, notório. Como que ninguém faz lesão sobre esse crime? Estou pedindo, conclamando a todos os vereadores, pois acho importante que esta Casa tome as medidas de despachar para a Secretaria do Meio Ambiente, a obrigatoriedade dela de nos dar um laudo que comprove e justifique aquele desmando. Esse projeto então vai servir de ferramenta para resolver esse problema. Eu peço aqui voto para a aprovação desse projeto de Lei. Se o Prefeito entender que este projeto não pode ir avante, ele que vete. "Os crimes ambientais estão aí diante dos nossos olhos". Outro assunto, o vereador falou rapidamente sobre um projeto de LEI que entrou na Casa, e que foi falado que traria problemas porque ele trata de questão religiosa. "Essa questão da Marcha para Jesus ela existe desde 1.978, e são raras as pessoas que ignoram que são cristãos. Essa Marcha para Jesus é feita para todos os povos e religiões". O vereador pediu que esse Projeto não fosse vetado por tratar de religião. Sem mais tempo, Eli Rosa encerrou sua fala. GRANDE EXPEDEIENTE: SARGENTO PEREIRA – Usou a Tribuna para prestigiar o comandante da Base Aérea de Anápolis (Baan), coronel aviador Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Júnior, Falou o vereador que o convidou para essa homenagem na Câmara com a ideia de ressaltar o Dia do Aviador, comemorado em 23 de outubro."Com essa iniciativa cultivamos a memória de uma das nossas mais valiosas figuras históricas, o Alberto Santos Dumont, um brasileiro reconhecido e condecorado em vários países", disse Pereira.O vereador ainda agradeceu a todos os militares presentes na sessão e afirmou que sente orgulho de ser o único representante da aeronáutica em Anápolis na Câmara Municipal. "Fui o segundo vereador representante da Base eleito em Anápolis. Agradeço a todos os colegas de profissão que me confiaram os seus votos". LUIZ LACERDA - informou que a Mesa Diretora do Legislativo irá apresentar a proposta de um título de cidadão ao Comandante da Baan. "Em janeiro o senhor cumpre sua missão em Anápolis e levará para onde for o reconhecimento desta Casa pelos relevantes serviços prestados ao município", disse o vereador. Cel.Aviador-SÉRGIO BASTOS- agradeceu a oportunidade de novamente participar da sessão ordinária. Segundo ele, com certeza, o Dia do Aviador, em uma cidade que sedia uma Base Aérea, deve ser lembrado com festa. "E a Câmara Municipal nos ajudou a divulgar essa data tão importante para toda a cidade", disse. O comandante também falou sobre a importância estratégica da Baan em Anápolis. "Aqui temos dois fortes grupos de aviação – um responsável pela defesa do

espaço aéreo nacional, e o outro pela defesa da Amazônia. Com certeza esses grupos da aeronáutica elevam o nome da cidade para todo o Brasil", acredita o militar. Sérgio Bastos também agradeceu ao título de cidadão anapolino e confirmou que no dia 17 de janeiro deste ano deixará o comando da Baan. "Mas com certeza levo a cidade em meu coração. Aqui fui muito bem recebido. Agradeço ainda a colaboração e todos os 1.450 militares da Base em Anápolis, eles formam o corpo daquela importante instituição", destacou.ORDEM DO DIA: VOTAÇÃO DE PROCESSOS. **PRIMEIRA VOTAÇÃO**:Depois de várias discussões, foram aprovados por unanimidade de votos dos presentes, os seguintes Processos: Processo de nº 158/13 = PREFEITO MUNICIPAL Assunto: Dispõe sobre a estimativa da receita e fixação da despesa do Município de Anápolis, Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2014, na forma da legislação vigente, art. 165, inciso III, § 5º da Constituição Federal. (Constituição/Justiça e Finanças/Orçamento favoráveis ao projeto). 2) Processo de nº 159/13 = PREFEITO MUNICIPAL Assunto: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.Constituição/Justiça e Finanças/Orçamento favoráveis ao projeto). Ainda dentro do Expediente, foi dada a palavra ao vereador Frei Valdair dentro da **Questão de Ordem**, que direcionando-se ao Presidente Luis Lacerda disse: "O que eu ia dizer a respeito desse Projeto, vem de encontro com que o Jackson acabou de dizer. Porque nós estamos acostumados a lidar com as coisas mais práticas, com as reclamações que o povo faz, estamos acostumados a fazer projetos ligados ás necessidades do povo e da sociedade, e quando nós nos deparamos com um projeto de lei como este, como a LOA, como o Plano Plurianual, parece que nós estamos trabalhando com a ficção. Na verdade, isso aqui está fora da nossa realidade, porque nós aprovamos, nós discutimos, mas não está ao nosso alcance. Essa é a verdade. Essa é uma experiência minha já de Assembléia, como aqui também na Câmara, que nós não participamos diretamente, principalmente na Assembléia. Lá fazia várias Emendas, e o Governador vinha e derrubava tudo. Aquí, eu nem me ousei a fazer Emenda, porque é pior ainda, porque se Vossa Excelência esta dizendo que o projeto obteve uma experiência aqui, certamente ele tinha que abrir agora, para nós a partir da experiência dele, para que nós pudéssemos participar realmente, efetivamente do orçamento, e não deixar como está. Eu vou aprovar uma coisa que eu não participei, aprovar uma coisa que eu não tenho nada haver com isso aqui, não estou indicando nada, nem fazendo nada para que isso aconteça. Então, isso aqui já vem pronto, e todos nós simplesmente vamos aprovar. Então, quer dizer que a experiência do Prefeito Antonio Roberto Gomide não valeu de nada, porque ele deveria ter aberto espaço para nós estarmos apresentando alguma coisa em prol da cidade de Anápolis. Essa é a minha indignação, até porque nós já sentamos uma vez com ele, e parece que ficou entendido que nós iríamos participar pela a população, e não para nós. A indicação que eu faço no Orçamento não é para mim, é para a população, atendendo as

necessidades daquela região. Então, eu acho que não adianta o Orçamento participativo, porque se adiantasse cada um estaria indicando um aqui hoje. É lógico que precisa ser um orçamento impositivo mesmo, literalmente falando. Tem que vir do Congresso, passar pela Assembléia, pelas as Câmaras, para que os Poderes possam entender que o Vereador tem as suas necessidades e demandas, e a gente não fica aqui aprovando, sendo bobo, porque esse negócio já vem de cima para baixo. É uma coisa de ficção, aprovar qualquer que seja o orçamento. A população cobra demais, e cobra sim com razão. Quero dizer aqui que vou votar favorável, porque tanto faz, tanto fez. Se eu colocasse aqui uma Emenda, com certeza seria reprovada. Agora, eu exijo que na próxima vez, no próximo ano, que essa pouca vergonha de trazer o negócio já mastigado seja discutido aqui, e que a gente tenha participação efetiva no Orçamento, e que possamos apresentar Emendas, e que essas possam ser aceitas, pois o povo vai cobrar é do vereador". Frei Valdair sugeriu na discussão, que não fosse votado o Projeto do vereador ausente na Sessão, pois acompanhava a cirurgia de um filho, para que eles pudessem discutir o projeto junto com o autor. Em resposta ao vereador Frei Valdair, o Presidente da Casa Luis Lacerda disse: "Na verdade as Emendas foram rejeitadas pela a Comissão. O que o Regimento manda nesse caso, o que não é possível fazer aqui hoje, o que poderia, é o autor das Emendas entrar com recurso para o Plenário contra a decisão da Comissão. Uma vez, que o autor não se encontra no Plenário, não é possível entrar com recurso. "A Presidência fica impossibilitada de tomar essa medida". O vereador Frei Valdair fez o seguinte questionamento ao Presidente: "Essas duas Emendas já foram discutidas?". Em resposta o Presidente Luis Lacerda disse: "Elas foram rejeitadas nas Comissões. Só para acrescentar, acho injusto falar que o Prefeito Antonio Gomide não recebe vereador. Recebe no Gabinete, recebe na rua, recebe nas solenidades, ás vezes pode acontecer de vereador ir lá e ele estar ocupado, isso aconteceu, mas falar que ele não recebe vereador é injustiça. Vejo um esforço muito grande do Prefeito para atender aos vereadores". E nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, marcando-se outra para o dia 23 de outubro em horário regimental.